3.º Ressarcir os danos e prejuizos, que possam sobrevir a terceiro, do aparecimento de águas dentro da mina, sua condução para fora ou sua incorporação em rios, arroios ou desagudouros, quando se prove que elas são nocivas;

4.º Pagar os danos e prejuizos que causar aos vizinhos pelas águas acumuladas nos trabalhos, se não as esgotar quando para isso seja intimado;

5.º Dar principio aos trabalhos dentro de três meses, a contar da data da publicação do alvará de concessão, salva a circunstância de força maior, devidamente comprovada;

6.º Ter a mina em constante estado de lavra activa;

7.º Executar as providências que lhe forem ordenadas e no prazo que lhe fôr marcado, para evitar a ruína dos trabalhos;

8.º Não fazer lavra ambiciosa que dificulte o ulterior aproveitamento do jazigo;

9.º Não suspender os trabalhos com intenção de os abandonar, sem dar parte ao governador civil, e sem os deixar em bom estado de segurança;

10.º Satisfazer aos impostos que as leis estabelecem;

11.º Enviar ao Ministério do Fomento, anualmente, relatórios e plantas dos trabalhos executados no período anterior;

12.º Não admitir novo director técnico nem variar o plano de lavra, sem licença do Governo, ouvido o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas;

13.º Estabelecer as obras necessárias para a segurança e salubridade das povoações e dos operários;

14.º Executar as obras necessárias para evitar o extravio das águas de regas;

15.º Extrair do solo sómente as substâncias úteis, indicadas neste alvará, e as que com elas se acharem associadas;

16.º Não admitir nos trabalhos subterrâneos menores até a idade de catorze anos;

17.º Comunicar imediatamente à autoridade administrativa da respectiva localidade, e à Repartição de Minas, qualquer desastre que se dê nos trabalhos superficiais ou subterrâneos, a fim de que se possam averiguar as causas a que seja devido;

18.º Apresentar o plano de lavra dentro do prazo de doze meses, a contar da publicação do presente alvará, conforme é determinado pelo artigo 38.º do decreto, com força de lei, de 30 de Setembro de 1892.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente alvará pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Não pagou direitos de mercê por os não dever.

E, por firmeza do que dito é, este vai por mim assinado e selado com o selo da República Portuguesa e com os a que se refere o decreto de 6 de Junho de 1911.

Dado nos Paços do Governo da República, em 15 de Março de 1913.— *Manuel de Arriaga*— *António Maria da Silva*.

Alvará concedendo, por tempo ilimitado, a Manuel da Silva Gaio e Daniel Ribeiro Chaves, a propriedade da mina de volfrâmio da Encosta da Eirinha, situada na freguesia de Mões, concelho de Castro Daire, distrito de Viseu, pela forma e com as prescrições retro-declaradas. Passou-se por despacho de 1 de Março de 1913.

Emídio Cardoso o fez.

Tendo requerido Henry Burnay & C.ª os direitos de descobridor legal da mina de ferro e manganés denominada «Herdade de Bem Parece e Ferrenho», situada na freguesia de Sines, concelho de S. Tiago do Cacém, distrito de Lisboa;

Vistos os documentos que demonstram terem sido satisfeitos os preceitos dos artigos 22.º e 23.º do decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892;

Visto o relatório do engenheiro que por ordem do Governo verificou a existência do jazigo;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas;

Manda o Governo da República Portuguesa:

1.º Que a firma requerente seja reconhecida como proprietária legal do descobrimento da mina de ferro e manganés denominada «Herdade de Bem Parece e Ferrenho», situada na freguesia de Sines, concelho de S. Tiago do Cacém, distrito de Lisboa, cuja posição topográfica vai indicada na planta que por cópia acompanha a presente portaria;

2.º Que os limites da demarcação provisória da referida mina, notados na planta a traços de cor vermelha, formando um rectângulo ABCD, com a área de 50 hectares, sejam determinados do modo seguinte:

Ponto auxiliar *x*, a 120 metros da esquina nordeste da casa de Pias, medidos sobre a recta que une esta esquina à esquina nordeste da casa de Ferrenho.

Ponto A, a 740 metros do ponto auxiliar *x*, medidos sobre a recta que forma, com a anteriormente medida, um ângulo de 71 graus e 30 minutos aberto para o sul.

Ponto B, a 260 metros do ponto auxiliar *x* medidos no prolongamento para norte da recta *Ax*.

Pontos C e D, são os extremos das perpendiculares de 500 metros levantadas respectivamente pelos pontos A e B à recta AB, para o lado oeste.

Toda a demarcação é referida ao plano horizontal que passa pela casa de Ferrenho.

3.º Que, nos termos do artigo 33.º do mencionado decreto, são concedidos à requerente, seis meses, contados da data

da publicação deste título no *Diário do Governo*, para requerer a concessão, devendo mostrar que possui a quantia de 5:000\$000 réis, capital necessário para a preparação da lavra do jazigo e bem assim propor pessoa idónea para dirigir os trabalhos de exploração, declarando que aceita o encargo com todas as suas responsabilidades; na inteligência de que, não se habilitando nestes termos dentro daquele prazo improrrogável, será anulado o presente diploma, ficando o campo livre para novos registos.

O que se lhe comunica para seu conhecimento e mais efeitos.

Paços do Governo da República, em 15 de Março de 1913.—O Ministro do Fomento, *António Maria da Silva*.

Para Henry Burnay & C.ª

Tendo requerido Henry Burnay & C.ª os direitos de descobridor legal da mina de ferro e manganés denominada Pedra Longa da Cabeça da Cabra, situada na freguesia de Sines, concelho de S. Tiago do Cacém, distrito de Lisboa;

Vistos os documentos que demonstram terem sido satisfeitos os preceitos dos artigos 22.º e 23.º do decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892;

Visto o relatório do engenheiro que por ordem do Governo verificou a existência do jazigo;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas;

Manda o Governo da República Portuguesa:

1.º Que a firma requerente seja reconhecida como proprietária legal do descobrimento da mina de ferro e manganés denominada Pedra Longa da Cabeça da Cabra, situada na freguesia de Sines, concelho de S. Tiago do Cacém, distrito de Lisboa, cuja posição topográfica vai designada na planta que por cópia acompanha a presente portaria;

2.º Que os limites da demarcação provisória da referida mina, nota dosna planta a traços de cor vermelha, formando um rectângulo EFGH, com a área de 50 hectares, sejam determinados do modo seguinte:

Ponto auxiliar *x*, a 210 metros do vértice B da demarcação da mina de ferro e manganés denominada Herdade de Bem Parece e Ferrenho, medidos no prolongamento, para o norte, do lado AB da referida demarcação.

Ponto E, a 135 metros do ponto auxiliar *x* medidos sobre a recta que forma com a anteriormente medida um ângulo de 112 graus e 30 minutos aberto para oeste;

Ponto F, a 865 metros do ponto auxiliar *x*, medidos no prolongamento para sudoeste da recta *Ex*.

Pontos G e H, são os extremos das perpendiculares de 500 metros levantados respectivamente pelos pontos E e F à recta EF.

Toda a demarcação é referida ao plano horizontal que passa pela casa de Ferrenho.

3.º Que, nos termos do artigo 33.º do mencionado decreto, são concedidos à requerente seis meses, a contar da data da publicação deste título no *Diário do Governo* para requerer a concessão, devendo mostrar que possui a quantia de 5:000\$000 réis, capital necessário para a preparação da lavra do jazigo, e bem assim propor pessoa idónea para dirigir os trabalhos de exploração, declarando que aceita o encargo com todas as suas responsabilidades; na inteligência de que, não se habilitando nestes termos dentro daquele prazo improrrogável, será anulado o presente diploma, ficando o campo livre para novos registos.

O que se lhe comunica para seu conhecimento e mais efeitos.

Paços do Governo da República, em 15 de Março de 1913.—O Ministro do Fomento, *António Maria da Silva*.

Para Henry Burnay & C.ª

Tendo requerido Henry Burnay & C.ª os direitos de descobridor legal da mina de ferro e manganés denominada Herdade da Tanganheira, situada na freguesia do Cercal, concelho de S. Tiago do Cacém, distrito de Lisboa;

Vistos os documentos que demonstram terem sido satisfeitos os preceitos dos artigos 22.º e 23.º do decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892;

Visto o relatório do engenheiro que, por ordem do Governo, verificou a existência do jazigo;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas;

Manda o Governo da República Portuguesa:

1.º Que a firma requerente seja reconhecida como proprietária legal do descobrimento da mina de ferro e manganés, denominada Herdade da Tanganheira, situada na freguesia do Cercal, concelho de S. Tiago do Cacém, distrito de Lisboa, cuja posição topográfica vai designada na planta que, por cópia, acompanha a presente portaria;

2.º Que os limites da demarcação provisória da referida mina, notados na planta a traços de cor vermelha, formando um rectângulo ABCD, com a área de 50 hectares, sejam determinados do modo seguinte:

Ponto auxiliar *x*, a 155 metros da esquina oriental da casa de António Freitas, medidos sobre a recta que une esta esquina à esquina ocidental da casa de Bartolomeu;

Ponto A, a 475 metros do ponto auxiliar *x*, medidos sobre a recta que forma com a anteriormente medida um ângulo de 70º e 30' aberto para oeste;

Ponto B, a 525 metros do ponto auxiliar *x*, medidos no prolongamento para sudoeste da recta *Ax*;

Pontos C e D, são os extremos das perpendiculares de 500 metros levantadas respectivamente pelos pontos A e B à recta AB, para o lado oeste.

Toda a demarcação é referida ao plano horizontal que passa pela casa de António Freitas.

3.º Que, nos termos do artigo 33.º do citado decreto, são concedidos ao requerente seis meses, a contar da data da publicação deste título no *Diário do Governo*, para requerer a concessão, devendo mostrar que possui a quantia de 5:000\$000 réis, capital necessário para a preparação da lavra do jazigo, e bem assim propor pessoa idónea para dirigir os trabalhos de exploração, declarando que aceita o encargo com todas as suas responsabilidades; na inteligência de que, não se habilitando nestes termos dentro daquele prazo improrrogável, será anulado o presente diploma, ficando o campo livre para novos registos.

O que se lhe comunica para seu conhecimento e mais efeitos.

Paços do Governo da República, em 15 de Março de 1913.—O Ministro do Fomento, *António Maria da Silva*.

Édito

Havendo José Álvares de Almeida requerido o diploma de descobridor legal da mina de estanho, e outros metais, da Quinta da Levada, situada na freguesia de Vela, concelho e distrito da Guarda, registada pelo requerente na Câmara Municipal do mesmo concelho, em 23 de Março de 1912, convidam-se, nos termos do artigo 24.º do decreto, com força de lei, de 30 de Setembro de 1892, todas as pessoas a quem a referida concessão possa prejudicar, a apresentar as suas reclamações no Ministério do Fomento, dentro do prefixo prazo de sessenta dias, contados da publicação deste édito no *Diário do Governo*.

Repartição de Minas, em 19 de Março de 1913.—O Engenheiro, Chefe da Repartição, interino, *E. Valério Villaca*.

Junta de Crédito Agrícola

Manuel de Arriaga, Presidente da República Portuguesa pelo voto da Assembleia Nacional Constituinte, faço saber aos que este meu alvará virem que, sendo-me presentes os estatutos com que pretende constituir-se uma caixa de crédito agrícola mútuo, com a denominação de Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Aldeia Galega do Ribatejo;

Visto o artigo 16.º do decreto com força de lei de 1 de Março de 1911:

Hei por bem aprovar os estatutos da referida Caixa, que constam de dez capítulos e cinquenta e dois artigos, e baixam com este alvará assinado pelo Ministro do Fomento, ficando a mesma Caixa sujeita às disposições do referido decreto de 1 de Março, pelo qual sempre e em qualquer hipótese se deverá regular; e com a expressa cláusula de que esta aprovação lhe poderá ser retirada quando se desviar dos fins para que é instituída ou não cumpra fielmente os seus estatutos.

Pelo que mando a todos os tribunais, autoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento deste alvará competir, que o cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Não pagou direitos de mercê nem de selo, por os não dever.

E por firmeza do que dito é, este vai por mim assinado.

Dado nos Paços do Governo da República, em 1 de Março de 1913.— *Manuel de Arriaga*— *António Maria da Silva*.

Alvará concedendo a aprovação dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Aldeia Galega do Ribatejo.

Passou-se por despacho de 1 de Março de 1913.

Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Aldeia Galega do Ribatejo

CAPÍTULO I

Da constituição, denominação, sede, circunscrição, duração e fins da instituição

Artigo 1.º Os sócios do Sindicato Agrícola de Aldeia Galega do Ribatejo, abaixo assinados, constituem, nos termos da lei e dos presentes estatutos, uma associação agrícola, que revestirá a forma de sociedade cooperativa de responsabilidade solidária ilimitada e se denominará Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Aldeia Galega do Ribatejo.

Art. 2.º Esta Caixa de Crédito será de duração ilimitada e terá a sua sede em Aldeia Galega do Ribatejo, sendo a sua circunscrição limitada à área do respectivo Sindicato.

Art. 3.º A Caixa tem por fim:

1.º Emprestar aos sócios, para fins exclusivamente agrícolas, os capitais de que necessitem e de que a instituição possa dispor;

2.º Receber por empréstimo do Estado, dos seus sócios ou de terceiras pessoas, capitais, que em operações de crédito agrícola possa empregar;

3.º Receber dinheiro em depósito, a prazo ou à ordem, tanto dos associados, como dos estranhos à associação, pagando-lhes os juros convencionados, mas nunca superiores a 4 por cento ao ano.

§ único. Aos capitais que por seus sócios ou por ter-